

Informe

informe@ofuminense.com.br

Petrobras exporta 30 milhões de barris

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (4) que a exportação de petróleo chegou a 30,4 milhões de barris em abril, ou um milhão de barris por dia vendidos ao mercado internacional. A marca recorde ocorre em meio a uma crise mundial que diminuiu a demanda global por petróleo, por causa da pandemia do novo coronavírus que levou a severas restrições de circulação de pessoas em diversos países. Segundo a companhia, o volume exportado no mês foi de 145% maior do que em abril do ano passado e contribuiu para reforçar o caixa. O recorde anterior de exportação da Petrobras foi de 77 mil barris por dia, alcançado em dezembro passado. A estatal informou que está direcionando o esforço para exportar sua produção, após atender à demanda interna.

Agência/FAP



Mesmo com crise mundial, Petrobras bate recorde de exportações

Botafogo anuncia demissões

Em situação financeira delicada, mais afetada pela pandemia do novo coronavírus, o Botafogo anunciou uma "reestruturação administrativa" e a demissão de funcionários na manhã desta segunda-feira. Através de um comunicado oficial, o Glorioso anunciou que Conselho Diretor pensou e tomou a decisão baseada na "vergonhosa queda de receitas". Na nota não foi divulgado o setor e o número de funcionários desligados. A última partida oficial do Botafogo foi no dia 15 de março, no empate de 1 a 1 com o Bangü, pelo Campeonato Carioca. A partida não teve público, na tentativa inicial de conter a propagação de covid-19, e desde então, a diretoria da Estrela Solitária não tem renda de jogos e vê o número de sócios decrescer.

BB: isenção na tarifa do cartão

As empresas que têm conta no Banco do Brasil estão isentas, até o fim de julho, de tarifas no pagamento com cartão de crédito. Segundo a instituição financeira, a medida tem o potencial de beneficiar cerca de 195 mil empresas que fazem mensalmente um grande volume de pagamento de contas por meio do cartão de crédito, ou facilitar a gestão do fluxo de caixa em meio à crise provocada pela pandemia de covid-19. De acordo com o banco, a medida dá mais fôlego às empresas, que conseguem continuar em dia com as contas e operam pagando o cartão de crédito em até 40 dias, com a possibilidade de parcelar a fatura em até 24 vezes. O usuário da operação fica ainda menor porque, no início de abril, o governo zerou por 90 dias a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito.

Lorenzoni na Comissão da C-19

A comissão mista que acompanha as medidas do governo federal para o enfrentamento da covid-19, ouviu, na próxima quinta (7), o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, em reunião virtual. A comissão, formada por seis deputados e seis senadores, foi criada com a aprovação do Decreto Legislativo 6/2020, que reconheceu o estado de calamidade no país até 31 de dezembro deste ano. A iniciativa acompanha a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência da saúde pública no combate a covid-19.

Aprovação tranquila

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que os deputados devem aprovar as alterações do Senado ao texto que estabelece uma ajuda emergencial a estados e municípios para o combate à pandemia de covid-19. O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (PLP 39/20) prevê a concessão de auxílio financeiro de R\$ 125 bilhões aos entes federados. Na avaliação de Maia, os valores são quase os mesmos estabelecidos pela Câmara, o que mudou foi apenas a forma de distribuição de recursos. Segundo ele, a votação por parte dos deputados do texto do Senado mostra que não há disputa entre as duas Casas.

Curados sem restrições

O Projeto de Lei 2199/20, que tramita na Câmara dos Deputados, proíbe o isolamento social de pessoas que já estejam curadas da covid-19. Pelo texto, essas pessoas não poderão ser condenadas por infração de medida sanitária preventiva, estabelecida no Código Penal, nem por outras infrações sanitárias. A proposta, da deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), diz ainda que os curados deverão comprovar a condição com atestado médico que comprove o prazo de 14 dias de isolamento. Nos casos em que a internação tiver cumprido esse período, o teste de alta hospitalar será suficiente para fins de comprovação.

Brasil: mais de 105 mil infectados e 7,2 mil mortes

No Estado do Rio de Janeiro, são 11.721 casos confirmados e 1.065 óbitos

O Brasil chegou a 105.222 mil pessoas infectadas pelo novo coronavírus (covid-19) nesta segunda-feira (4). Das últimas 24 horas foram adicionadas 24.845 novas infecções, aumento de 4% em relação a ontem, quando foram registradas 101.147 mil pessoas nessa condição.

Segundo atualização do Ministério da Saúde divulgada na segunda-feira, o total de mortes subiu para 7.288. Com 263 novos óbitos, a marca representou um aumento de 4% em relação a domingo, quando foram contabilizados 7.025 falecimentos, e com a inclusão de 275 óbitos. A letalidade permaneceu em 6,9%.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (2.654). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (1.065), Pernambuco (691), Ceará (491) e Amazonas (425).

Além disso, foram registradas mortes no Pará (330), Maranhão (249), Bahia (134), Paraná (94), Espírito Santo (52), Rio Grande do Sul (90), Paraíba (79), Rio Grande do Norte (62), Santa Catarina (52), Rondônia (72), Amapá (43), Distrito Federal (40), Goiás (30), Piauí (28), Acre (28), Sergipe (17), Rondônia (25), Mato Grosso (13), Mato



Hospital de campanha para tratamento de covid-19 do Complexo do Ilhéu

Grosso do Sul (10), Roraima (11) e Tocantins (6).

No Rio — No estado do Rio, segundo a Secretaria de Saúde, os números subiram para 11.721 casos confirmados e 1.065 óbitos por coronavírus (covid-19) nesta segunda-feira (4). Ainda segundo a pasta, existem 358 óbitos em investigação, sendo outros 150 descartados. Já o número de recuperados da doença chegou a 6.294 pacientes.

A cidade do Rio continua sendo o principal foco de casos confirmados, com 7.283. A capital é seguida por Duque de Caxias, com 486; Nova Iguaçu, com 438; Niterói, com 436; Volta Redonda, com 343; São Gonçalo, com 326; Itaboraí,



Revisão Hospitalar/Agência Brasil

com 234; São João de Meriti, com 228; Belford Roxo, com 195; Mesquita, com 178; Magé, com 120; Petrópolis, com 104; Nilópolis, com 93; Maricá, com 90; Campos dos Goytacases, com 70. Outros 66 municípios também têm casos confirmados.

No que diz respeito ao número de mortes, a capital também lidera o ranking, com 670 óbitos. Na sequência, estão Duque de Caxias, com 84; Nova Iguaçu, com 46; Niterói, com 27; São Gonçalo, com 25; São João de Meriti, com 21; Belford Roxo, com 16; Volta Redonda, com 16; Mesquita, com 15; Macaé, com 14; Maricá, com 12; Itaboraí, com 10. Os outros municípios também registram mortes, mas ainda não chegaram a 10 óbitos.

Avisa quer acompanhar os estudos sobre remdesivir

Medicamento teve uso autorizado nos EUA para casos graves de covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) está em contato com a Gilead, empresa que fabrica o remdesivir no exterior, para acompanhar a evolução dos estudos do medicamento para o tratamento do novo coronavírus.

Na última semana, o Food and Drug Administration (FDA) autorizou o uso do remdesivir nos Estados Unidos para tratamento de infecção em pacientes em estado grave. Nos próximos dias, a Anvisa faria reuniões com o fabricante para verificar o interesse e a viabilidade do fornecimento do medicamento no Brasil.

De acordo com a Agência, a Gilead tem vários estudos clínicos em andamento para o remdesivir, com dados iniciais esperados nas pró-



Agência informou que entrará em contato com fabricante nos próximos dias

ximas semanas. "Caso o benefício do medicamento se comprove, a Anvisa possui mecanismos, como anúncio de uso em programa assistencial e priorização de registro, para garantir o acesso celerado do medica-

mento à população".

Segundo a Agência, o remdesivir não possui pedido de registro no Brasil. Até o momento, também não houve solicitação de anuência em pesquisa clínica com o medicamento, que teve o

uso clínico autorizado nos Estados Unidos.

Resultados que somente as pesquisas científicas que tem a finalidade de subsidiar o registro ou alteração de registro, como a inclusão de uma nova indicação terapêutica em bula, por exemplo, estão no escopo de atuação da Anvisa".

Outras pesquisas, como as pesquisas científicas ou acadêmicas, com outras finalidades requerem somente a aprovação pela instância ética (Comissão Nacional de Ética-Conep e as Comissões de Ética-CEPs Locais).

Até o momento não houve nenhuma solicitação de autorização de uso do medicamento por meio de Programas Assistenciais (Uso Compassivo e Acesso Expandido), segundo a Anvisa. ■

Mais serviços e atividades são considerados essenciais

Decreto presidencial, que já foi publicado e está em vigor, ampliou a lista

O decreto do presidente Jair Bolsonaro que amplia a lista de serviços públicos e atividades essenciais que podem funcionar durante a crise causada pelo novo coronavírus está valendo desde a última semana. Publicado no Diário Oficial da União (DOU), o texto traz alterações para se adequar à decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre as inclusões, passam a ser considerados essenciais o comércio de bens e serviços necessários, as atividades das indústrias químicas e petroquímicas de matérias

primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas; a mineração em todas as suas etapas; siderúrgicas e fabricantes de alumínio, cerâmica e vidro, por exemplo. O decreto considera essenciais outras atividades, a saber, aquelas de "desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por startup".

O decreto também permite o funcionamento das atividades necessárias para processar o seguro-desemprego e benefícios relacionados. Segundo especialistas, a permissão para que essas atividades funcio-

nen presencialmente é positiva. Isso porque, há relatos de pessoas que enfrentaram problemas para dar entrada no seguro-desemprego pelo site e pelo número de telefone 158.

Deborah Coutijo, advogada trabalhista, entende que o texto tenta evitar dificuldades para alguns setores, devido à incerteza quanto ao fim da pandemia do coronavírus. Segundo ela, há indústrias em que o trabalho é técnico e é inviável que o trabalhador opere de casa. Além disso, a advogada explica que há o risco de produtos perecerem,

o que poderia gerar impacto ao bolso do consumidor a longo prazo.

"O que se vislumbra com a atitude do governo federal é que, ao longo do tempo, essas atividades que estavam paradas estão erram consideradas essenciais para a sociedade, hoje são vistas de modo diferente. Não necessariamente pelo impacto imediato, no que vai interferir no cidadão comum hoje. Mas, a longo prazo, pode causar um efeito macro na economia, pode ter um impacto mais no consumidor, ficar um pouco mais cara." ■